



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

Comissão Parlamentar de Inquérito Derramamento de Óleo no Nordeste

REQUERIMENTO Nº /2019

(Da Sra. Joenia Wapichana)

Requer a realização de audiência pública, para ouvir os povos indígenas e comunidades tradicionais do Nordeste impactados com o derramamento de óleo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 36, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para ouvir os povos indígenas e comunidades tradicionais afetados pelo derramamento de óleo no Nordeste:

- Um representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme)
- Um representante dos povos indígenas da Bahia
- Um representante de povos e comunidades tradicionais
- Um representante do Ministério de Meio Ambiente (MME)
- Um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Um representante do Ministério Público Federal (com atuação no Nordeste)

JUSTIFICAÇÃO

O derramamento de óleo no Nordeste, iniciado no mês de setembro deste ano, trouxe prejuízos ambientais gravíssimos para toda a população, pois afetou diretamente os ecossistemas, interferiu de forma significativa na subsistência das comunidades tradicionais, que dependem da pesca para o seu consumo diário. Como fundamento deste requerimento apresento a “Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe à Sociedade sobre o Derramamento de óleo no Litoral Nordestino”, de outubro de 2019, assinado mais de 105 organizações sociais, em que relatam a situação na região e pedem investigação dos culpados e a devida indenização aos maiores prejudicados, que são os povos e comunidades tradicionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

“CARTA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SERGIPE À SOCIEDADE SOBRE O DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL NORDESTINO

Nós, pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras, catadoras e catadores de mangaba, quilombolas, camponesas e camponeses e demais povos e comunidades tradicionais costeiras, dependentes dos territórios pesqueiros, dependentes das dinâmicas das águas, marítimas e continentais e seus ecossistemas como restingas e manguezais, denunciemos ao poder público e à sociedade civil, os impactos irreversíveis causados pelo gravíssimo crime ambiental decorrente do derramamento de óleo no litoral nordestino.

Trata-se do maior crime ambiental em extensão da história do Brasil, com mais de 2.100 quilômetros atingidos até o momento, cujos primeiros registros são de 30 de agosto e que atinge toda costa do estado de Sergipe desde 24 de setembro do presente ano. Prestamos solidariedade aos povos e comunidades tradicionais de toda região, pedimos ajuda e apresentamos nossas reivindicações para imediata providência.

O derramamento criminoso do óleo é um dos capítulos mais tristes da nossa história, de impacto sem precedentes sobre nossos territórios de vida e que se soma a outros ataques que já recebemos cotidianamente. O óleo derramado – e a omissão do Estado brasileiro na resolução e contingenciamento do problema – atinge de forma direta o equilíbrio do meio ambiente e, conseqüentemente, a pesca, a mariscagem e a cata das frutas nativas e as demais formas de agroextrativismo nestas áreas. É de percepção pública e notória a omissão e despreparo do governo brasileiro que, como afirma o Ministério Público Federal em suas ações recentemente propostas, parece ainda não ter se atentado para a gravidade do problema.

O Estado brasileiro omite as informações que são de interesse coletivo. Não temos informações precisas sobre o tempo e dimensão dos impactos. Sentimos na pele os reflexos do desmonte das políticas ambientais e da convivência e compromisso estatal com a ação de agentes e empresas que colocam o lucro acima da vida. O cheiro dos rios, dos mangues e do mar é o cheiro de nossos corpos. A política de desenvolvimento custa a natureza, custa as comunidades tradicionais, custa a vida.

Enquanto o petróleo é derramado sobre nós, o governo se preocupa com o leilão de novos blocos exploratórios.

Não é de hoje que denunciemos o nosso extermínio, Povos e Comunidades Tradicionais que fazemos da natureza o lugar onde nascemos, crescemos e produzimos a vida. Estamos sendo impedidos e impedidas de praticar a pesca, a coleta das frutas nativas, a mariscagem, a agricultura. Nosso território está sendo destruído e cercado.

Estamos sendo atacados!

Nós nos somamos ao coro de toda sociedade pela limpeza imediata das áreas e contenção do óleo antes que adentrem em locais de difícil remoção, como mangues, arrecifes e rios. Em muitos lugares, nós, em mutirões, temos sido responsáveis pela retirada do óleo, muitas vezes sem apoio ou orientação dos poderes públicos. Mas defender nosso ambiente é necessário e não podemos esperar.

Por sobrevivência, muitos e muitas de nós estamos exercendo nossas atividades em ambientes contaminados ou não teremos o que comer e como alimentar nossas famílias. Reivindicamos políticas de indenização imediata que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

assegurem renda básica e dignidade a nossa gente. O seguro defeso é um direito dos pescadores e pescadoras e não uma política de reparação de crimes ambientais. A antecipação do pagamento do benefício previdenciário não garante que todos e todas de nós, Povos e Comunidades Tradicionais, impactadas pelo derramamento do petróleo acessaremos este direito.

Ressaltamos a necessidade de ter uma política que reconheça a existência de uma cadeia produtiva comunitária diretamente atingida que não se restringe aos pescadores e pescadoras beneficiárias do seguro defeso. Somos também homens e mulheres que atuamos no beneficiamento do pescado, no trabalho doméstico, no turismo de base comunitária, no comércio formal e ambulante, entre outras atividades que necessitam de uma política pública que viabilize as condições de vida diante deste crime ambiental.

Não temos uma política de saúde comprometida com as nossas demandas e isto fica ainda mais evidenciado com o crime ambiental do derramamento do petróleo.

São inúmeros os casos, entre nós e em diversas comunidades, de queimaduras e coceiras na pele, ardência nos olhos, infecções intestinais.

O óleo, quando em contato com os pelos e cabelos, é impossível de ser retirado, só nos restando a raspagem.

É urgente a articulação das estratégias de saúde integral das populações do campo, das florestas e das águas.

É necessário que o poder público e o sistema de justiça, nas suas diferentes instâncias e órgãos, se articulem com ampla participação da sociedade civil e de nossas entidades representativas para garantir o que é nosso por direito. Poucos não falarão em nomes de todos e todas nós! O crime ambiental do derramamento do óleo nas praias é mais uma etapa do avanço dos megaempreendimentos sobre as nossas comunidades.

A ação da indústria petrolífera – e energética de modo geral – impacta diretamente nós Povos e Comunidades Tradicionais. Afugentam o pescado com a super sonoridade, nos expulsam nossos territórios, matam os nossos mares com derramamento de óleo, entre outros crimes. Estas indústrias se somam a outras, como a carcinicultura (carcimorte), que destrói os manguezais, polui as águas e altera os nichos de todas as espécies costeiras; A pesca predatória, que acaba com as comunidades de peixes; A especulação imobiliária, que nos afasta das nossas terras, matas e águas; A cana-de-açúcar, a criação de gado e o plantio de eucalipto, que destroem as matas e aumentam os latifúndios; em conjunto, impedem nossas passagens de acesso às águas e fecham nossos portos, nossas entradas e beiradas.

Em pouco tempo, nossas comunidades não poderão realizar as atividades e comercializar o pescado e outros produtos da sociobiodiversidade, fonte de renda de nossas famílias. Em longo prazo, ficam ameaçadas a segurança hídrica, econômica e nutricional de nossas comunidades – e da sociedade como um todo.

Os crimes praticados pelas empresas e empreendimentos ameaçam nossos territórios de vida e intencionalmente nos forçam a mudar de nossos locais e vivência e trabalho com destino às periferias dos grandes centros urbanos. Este deslocamento forçado de nossas comunidades nos leva a aumentar os índices de miséria e moradia sem condições dignas nas metrópoles ou pontualmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

aos subempregos gerados pelos grandes empreendimentos que se instalam. Querem nos expulsar, mas de nossos territórios não sairemos!

A reparação histórica e pelo derramamento do óleo se dará com a garantia de permanência plena em nossos territórios. Diante disto, ecoamos nosso grito por demarcação e regularização dos nossos territórios já!

*Pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras! Pela demarcação e titulação dos territórios quilombolas! Pela demarcação das reservas extrativistas das catadoras de mangaba! Quem é o responsável pela emissão deste óleo nas praias? **INVESTIGAÇÃO JÁ!***

*Medidas de contingência e limpeza? **PAREM DE SE OMITIR!***

*Por ação ou omissão? **RESPONSABILIZAÇÃO JÁ!***

*Indenização? **PARA TODA CADEIA PRODUTIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS!***

*Reparação? **TERRITÓRIOS LIVRES JÁ!***

*Tire óleo do caminho que eu quero passar
Tire o óleo do caminho que eu quero pescar
Tire o óleo do caminho que eu quero mariscar
Tire o óleo do caminho que eu quero catar
Tire o óleo do caminho, aqui é meu lugar
(Fio, Pacatuba/Sergipe)”*

Sala da Comissão, de dezembro de 2019.

JOENIA WAPICHANA

Líder da REDE Sustentabilidade/RR

ALICE PORTUGAL

Deputada Federal/PCdoB/BA